

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A COVID-19: IMPLICAÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Paloma Rocha Santos¹
Gildeane Hilgley Alves da Silva²
Rosemeire Marcedo Costa³

RESUMO

A pandemia do Covid-19 exacerbou mazelas sociais, atingindo políticas públicas como a saúde, com o estrangulamento das redes hospitalares e o número elevado de óbitos. Assim como a saúde, a educação também foi atingida fortemente. De modo emergencial, as escolas tiveram que adaptar-se à realidade imposta por um vírus invisível, que nos obriga a mudanças bruscas advindas de um cenário onde para se proteger, era preciso manter o isolamento social. Diante dessa realidade e levando em consideração as problemáticas envolvendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a presente pesquisa objetivou discutir a Educação de Jovens e Adultos no contexto da pandemia do Covid-19. Portanto, trata-se de um estudo de cunho qualitativo e quantitativo com reflexões acerca do movimento da EJA no Brasil, bem como a aplicação e análise de questionários a professores da EJA, e entrevistas de ex-alunos dessa modalidade de ensino. Com base na fala dos docentes e ex-alunos, verificamos que a desigualdade social é o fator principal de agravamento ao acesso e permanência na escola.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Covid-19, Pandemia, Educação, Desigualdade Social.

INTRODUÇÃO

De acordo com a UNESCO “a alfabetização é geralmente entendida como a capacidade de ler e escrever” (UNESCO, 2014, p.21), neste sentido, o analfabetismo pode ser configurado como a ausência da capacidade ou prática da leitura e da escrita.

Para compreender a Educação de Jovens e Adultos na atualidade é preciso fazer um recorte histórico dos principais movimentos que ocorreram em prol da EJA. A história da Educação de Jovens e Adultos, assim como o processo histórico da educação no Brasil, tem início desde o período da colonização.

No período colonial os jesuítas realizavam ações educativas voltadas para adultos, entretanto, essa educação não era voltada para instrução acadêmica, era direcionada, por

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, palomarocho@hotmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe- UFS, gildeanehilgley@gmail.com;

³ Professora orientadora: Doutora, Departamento de Educação, Universidade Federal de Sergipe- UFS, rosemeire@academico.ufs.br

exemplo, para orientações quanto ao plantio e cultivo. Essa instrução era dirigida “[...] inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros.” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109). Com a expulsão dos jesuítas das terras brasileiras em 1759, outras ações educativas para adultos voltam a aparecer somente no período imperial.

Em 1824, ainda no período imperial, é instituída a primeira Constituição Brasileira que garantia “[...] instrução primária e gratuita para todos os cidadãos” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109). Entretanto, sobre o aspecto desse direito, poucas ações foram realizadas.

O período que compreende a República Velha tem como característica a grande quantidade de reformas educacionais, estas mudanças constantes mostram que nesse contexto havia uma preocupação com o sistema educacional, considerado precário, apesar de ter ações voltadas para a educação prescritas nas constituições vigentes no período.

“Até esse período, a preocupação com a educação de jovens e adultos praticamente não se distinguiu como fonte de um pensamento pedagógico ou de políticas educacionais específicas.” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 110). Essa situação começa a ser modificada a partir do século XX. Através da Constituição de 1934 criou-se um Plano Nacional de Educação, que indicava a educação de jovens e adultos como dever do Estado.

O período que corresponde a década de 1940 foi determinante para a EJA, tendo em vista que essa década foi marcada por algumas iniciativas políticas que ampliaram esse movimento. Nesse sentido, destacamos o Fundo Nacional do Ensino Primário, instituído através do desenvolvimento de estudos advindos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) em 1942. Cabia ao INEP a ampliação da educação, onde se incluía também o ensino supletivo para adolescentes e adultos, entretanto, este somente foi regulamentado no ano de 1945.

No ano de 1947 há um marco significativo na EJA, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). “Sua influência foi significativa, principalmente por criar uma infraestrutura nos estados e municípios para atender à educação de jovens e adultos, posteriormente preservada pelas administrações locais.” (HADDAD; DI PIERRO, 200, p. 112).

No ano de 1964, com o advento do golpe militar, todos os movimentos de educação que se vinculavam ao fortalecimento de uma cultura popular, foram vistos

como ameaças à ordem imposta, e por consequência reprimidos. Os movimentos em torno da EJA foram interrompidos e substituídos pelo chamado Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

O Ensino Supletivo regulamentado em 1971 através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi um marco importante na história do EJA. O “[...] Ensino Supletivo se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola.” (HADDAD; DI PIERRO, 200, p. 117).

As mudanças sociais e políticas ocasionadas com o fim do regime militar e a redemocratização da sociedade brasileira após 1985 refletiram diretamente na educação. Logo após o processo de redemocratização o MOBRAL é extinto. Um marco para as políticas públicas é a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir da CF de 1988 “[...] materializou-se o reconhecimento social dos direitos das pessoas jovens e adultas à educação fundamental, com a consequente responsabilização do Estado por sua oferta pública, gratuita e universal.” (HADDAD; PIERRO, 200, p. 119).

Frente a tantas mudanças sociais, a EJA se fez presente nos debates da educação, em alguns momentos com mais notoriedade, outros não. Apesar dos esforços da sociedade civil, de movimentos sociais e governo, ainda há muito o que avançar quando se trata dessa modalidade.

Como visto anteriormente, esse movimento em torno da EJA é antigo. Há séculos os brasileiros lutam pela erradicação do analfabetismo e para isso tem-se estimado o índice de analfabetos no Brasil para que assim fossem aplicadas políticas públicas que atendessem de forma eficaz a cada região. Neste campo, trouxemos uma cronologia dos dados estatísticos referentes à taxa de analfabetismo no Brasil.

Em 2010, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de analfabetismo das pessoas entre 15 e 59 anos caiu para 10% que corresponde a 14,1 milhões de analfabetos, sendo que mais da metade residia na região Nordeste.

Em 2011, essa taxa diminuiu para 8,6%, no ano seguinte o número de pessoas que não sabiam ler nem escrever teve aumento de 1%, chegando a 13,2 milhões da população, dentre as cinco regiões brasileiras entre 2011 e 2012, o analfabetismo no Nordeste teve uma elevação de 16,9% para 17,4%.

No ano de 2013 houve uma redução de 11,8 mil analfabetos, um percentual de 0,2 em comparação com 2012, sendo que a maioria eram mulheres. Segundo a Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2015, esse percentual passou para 8,0% (12,9 milhões de analfabetos) com uma estimativa menor que 2014 (8,3%), esses números aumentam consideravelmente ao avançar a idade atingindo 22,3% das pessoas de 60 anos ou mais em 2015.

No Brasil, o índice de analfabetismo estimado em 2016 foi de 7,2%, caindo para 7,0% no ano seguinte (11,5 milhões de habitantes), e a incidência é quase o triplo na faixa etária de 60 anos ou mais (19,3%).

Em 2018 havia 11,3 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais de idade, o equivalente a taxa de 6,8%, dentre essas 9,1% eram pessoas de cor preta ou parda, aproximadamente três vezes maior do que entre as pessoas brancas. No ano seguinte, o índice estimado foi de 6,6%, o que corresponde a 11 milhões de pessoas não alfabetizadas, com predominância na população que reside na região Nordeste (56,2%). No grupo etário de 60 anos ou mais a proporção de analfabetos é bem maior, 18,0%, o que equivale a quase 6 milhões de pessoas.

Durante o período de 2010 a 2019 o índice de analfabetismo no Brasil teve grande redução, entretanto, o número de pessoas que não sabem ler nem escrever ainda é altíssimo, são 11 milhões de habitantes brasileiros que, de acordo com Gadotti (2009, p.6), têm o seu direito à educação negado por duas vezes.

Em decorrência da pandemia do Covid-19 que assola o mundo, os dados de 2020 e 2021 sobre o analfabetismo não foram realizados.

METODOLOGIA

Essa pesquisa tem cunho qualitativo e quantitativo com foco em discutir sobre a Educação de Jovens e Adultos no contexto da pandemia do Covid-19, investigar a atuação docente nesse contexto e, compreender e refletir sobre as particularidades do indivíduo não letrado e sua inserção na EJA. Nesse sentido, para o delineamento deste trabalho, foi necessário etapas de reflexões acerca do movimento histórico da EJA no Brasil e dos índices de analfabetismo registrados no país entre os anos de 2010 e 2019. Em um segundo momento, analisamos questionários aplicados a três professores da modalidade de ensino aqui referida e duas pessoas não alfabetizadas.

O questionário dos professores, disponibilizado no Google Forms, contém 15 perguntas que giram em torno da prática docente e de como a pandemia impactou o exercício da docência, como eles estão desenvolvendo suas atividades no ensino

remoto, seus sentimentos quanto a esse período, qual sua compreensão sobre o analfabetismo no Brasil e a modalidade de ensino EJA.

Participaram dessa pesquisa três professores da EJA, uma não está atuando de forma remota e duas estão atuando. Todos trabalham na modalidade de ensino EJA entre 2 a 3 anos.

O questionário dos alunos foi realizado por meio de conversa, por telefone, de modo que o entrevistado se sentisse à vontade. Este contém 11 perguntas que buscam compreender mais sobre o sujeito não letrado. Dessa forma, entrevistamos duas pessoas não alfabetizadas. Essas entrevistas objetivaram conhecer por quais motivos esse aluno teve que deixar a escola, quais as maiores dificuldades, o que sentem por não serem alfabetizados, entre outros.

As informações coletadas dos questionários e entrevistas estão dispostas nas discussões. A fim de preservar a identidade dos sujeitos, utilizaremos neste estudo nomes fictícios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise do questionário dos professores da EJA

Os três professores entrevistados tinham 23, 26 e 56 anos, dois do sexo feminino e um do sexo masculino. Residiam nos municípios de Aracaju, Estância e Nossa Senhora do Socorro, todos do estado de Sergipe. As identidades dos sujeitos foram preservadas, assim, nos referimos a eles por nomes fictícios (Ana, Roberta e Carlos).

O tempo de atuação dos docentes nesta modalidade de ensino varia entre 3 meses e 2 anos, sendo que Carlos não estava atuando no período de aulas remotas.

Alguns dos questionamentos levantados nesta pesquisa dizem respeito a sua prática docente: como eles estão desenvolvendo suas atividades no ensino remoto, seus sentimentos quanto a esse período, qual sua compreensão sobre o analfabetismo no Brasil e a modalidade de ensino EJA.

O professor na sua prática pedagógica deve conhecer e entender quem é o seu aluno e qual o ambiente em que vive. Assim, quando questionados sobre qual sua concepção de analfabetismo e do sujeito analfabeto, a professora Roberta expressa que “é um problema social que atinge muitas pessoas, sobretudo as que estão inseridas em zonas mais rurais”, além disso, “está ligado a fatores internos e externos dentro da

sociedade”. Para Ana é uma “questão não superada no Brasil,” mas que necessita ser “discutida pelos que fazem a educação.”

Os fatores internos referidos na fala de Roberta dizem respeito a instituição escolar, a prática pedagógica, a preparação docente, aos materiais didáticos e metodologias não adaptadas ao contexto social do educando.

Ademais, os fatores externos envolvem as desigualdades sociais e de acesso à educação, bem como, a falta de oportunidades, também citada pelo docente Carlos, e a vivência familiar que pode auxiliar ou desestruturar o desenvolvimento da aprendizagem escolar.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP (2003),

[...] um filho de um pai com menos de um ano de estudo repetir a escolaridade do pai é muito alta: 34%. Além disso, a probabilidade desta criança fazer o ensino superior é de apenas 1%. No outro extremo, uma criança cujo pai tenha o ensino superior, tem 60% de probabilidade de obter também um curso superior. (BRASIL, 2003, apud, MAIA, 2010, p.6)

Os alunos de baixa renda vão para a escola com a esperança de, através dela, abrir oportunidades e melhorar sua condição social. Porém, quando esse aluno chega à escola e não encontra um ambiente preparado para recebê-lo, que o integre como ser social e sujeito de suas aprendizagens, alimenta um desestímulo que, por conseguinte, acarreta na evasão escolar.

Nessa perspectiva, os professores entrevistados definem o sujeito analfabeto como aquele que não desenvolveu a habilidade da leitura e da escrita. Pensando nisso, buscam estratégias para que essas habilidades desabrochem.

Os docentes participantes reconhecem a importância que a educação de EJA tem na vida de seus alunos, sendo representada como esperança, recomeço, persistência e até mesmo, segundo Roberta, uma “oportunidade de conclusão do ensino de forma mais acelerada”.

Segundo o Censo Escolar 2020, as matrículas efetuadas na modalidade de ensino da EJA, em sua maioria, corresponde a jovens e adultos entre 17 e 30 anos nos anos finais do ensino fundamental e médio, entretanto, nos anos iniciais do ensino fundamental, período em que ocorre o processo de aquisição da leitura e escrita,

predomina a faixa etária de 40 a 60 anos (BRASIL, 2021). São cidadãos que buscam recuperar a oportunidade que lhe foi tirada quando na juventude, por diversos fatores.

Outra questão direcionada aos educadores foi sobre a significância de ensinar a jovens e adultos que possuem particularidades, saberes e objetivos de vida distintos, que têm jornadas duplas e dependem de muito esforço para participar das aulas. Nas palavras da professora Ana que ensina EJA em uma comunidade do sertão da Bahia, o significado de ensinar é:

Dar vida, sentido e esperança aos educandos. É enaltecer a importância da educação e se comprometer em compreender a realidade de quem precisou um dia fazer outras escolhas ou até mesmo, foi forçado a trilhar outros caminhos. É acessar de forma cuidadosa a vida dos que, por vezes, escutam, mas se calam por acessarem uma memória de uma história sofrida. É dar voz e vez a quem quer pisar e enfrentar o chão da sala de aula cotidianamente. É falar a língua dos alunos, conversar sobre o cuscuz e o pão com ovo que eles comem, é entender o porquê dos seus questionamentos ignorantes e mostrá-los o verdadeiro significado de cidadania (Entrevista com a professora Ana, 2020)

A clareza que Ana expressa seus sentimentos acerca do ato de educar, revela que o amor e a solidariedade são elementos essenciais para a educação não só das crianças, mas também dos jovens e adultos. A docente reconhece a importância do papel que desenvolve na vida dos educandos e alimenta uma esperança que leva a ação, para a possível transformação social, econômica e política. Sua fala expressa uma visão do aluno como sujeito que possui e produz cultura, e para estreitar a relação professor/aluno promove diálogos que valorizam os saberes dos educandos, utilizando ou aproximando-se da sua linguagem, pois “somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele” (FREIRE, 1996, p.58).

Durante o período de pandemia o qual estamos vivenciando, a comunidade docente em geral teve/ têm a necessidade de renovar e adaptar sua prática de ensino. As duas professoras (Ana e Roberta) que atuam de forma remota, listaram algumas das ferramentas tomadas como aliadas por elas para o desenvolvimento da aprendizagem dos seus alunos.

Ana faz parte do projeto “Relatos de esperança” desenvolvido com mulheres do sertão da Bahia, esse projeto busca dar assistência às famílias que moram numa comunidade localizada em Canudos-BA chamada Bendegó e manifestou usar a plataforma Google Meet, Youtube e lousa digital para ajudar no processo de escrita, já

Roberta relatou que a maior ferramenta utilizada para mediar as aulas foi o Whatsapp (por ter maior acessibilidade).

Algumas dificuldades e desafios relatados pelas professoras nesse período, é em relação a interação aluno/professor que cada vez mais é prejudicada aumentando o grau de dificuldade do processo de ensino e aprendizagem. Além disso, segundo Roberta, “muitos não dispõem de tempo para as aulas, visto que, mesmo estando em casa estão super atarefados de outras atividades”. Outrossim, a ausência de assistência do Estado e da Secretaria de Educação, a falta de recursos tecnológicos e internet de qualidade são fatores que limitam a realização de muitas atividades.

A pandemia do covid-19 evidenciou a grande desigualdade social presente em nosso país, principalmente no que diz respeito ao direito à educação. Uma pesquisa feita pelo INEP (2020), referente a disponibilidade de recursos tecnológicos em escolas do ensino fundamental, revela a disparidade dessa desigualdade, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste. A oferta de internet nessas regiões no ano de 2020, respectivamente, era de 43,2% e 66,2%, enquanto que no Sudeste (93,4%), Sul (96,9%) e Centro- Oeste (96,6%), o dobro do valor.

As educadoras que atuam de forma remota passaram por algum curso de formação voltado para as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TICs) para aprimorar a sua prática docente, mas independente disso não tem a certeza da aprendizagem do aluno nesse formato de ensino remoto.

No que diz respeito aos sentimentos, angústias e anseios que afloraram nesse período os docentes entrevistados sentem-se agradecidos e contentes por “ensinar/aprender e fazer a diferença” na vida dos alunos da EJA, mesmo que mediado por uma tela, mas em contrapartida, estão angustiados porque apesar de tantos esforços muitos alunos evadiram (devido a diversos fatores). Os professores estão cansados, desmotivados e com sentimento de insuficiência, pois querem fazer mais pelos seus alunos, entretanto, continuam esperançosos a superar os “percalços” postos a frente, para que o período de isolamento acabe e as aulas presenciais retornem.

Análise das entrevistas dos ex-alunos não alfabetizados da EJA

Os ex-alunos da Educação de Jovens e Adultos entrevistados foram uma mulher de 58 anos e um homem de 57. As identidades dos sujeitos foram preservadas. Nessa pesquisa os chamaremos de José e Conceição. Os entrevistados são oriundos da zona

rural de Sergipe. José, reside em Canindé de São Francisco e Conceição com 9 anos saiu de Maruim e passou a residir em Aracaju.

Se analisarmos o histórico familiar, veremos que seus pais são analfabetos. Tiveram sua infância em sua totalidade na zona rural vivenciando experiências positivas e negativas frente a realidade do campo. Conceição relata que teve uma infância menos sofrida do que seus 8 irmãos. Tendo em vista que é a filha mais nova, conseguiu alcançar a “fase boa”, como ela mesma relatou.

Em determinado momento da conversa, os entrevistados foram questionados quanto a até que série eles estudaram. Conceição relatou que estudou até a 4^o série. Informou que ia para a escola, mas que não conseguia aprender, que ela gostava mesmo era de brincar no campo. Em seu relato de vivência, José disse: “estudar, estudei, mas a série não sei não, porque estudei pouco tempo”. Ele relata que para seu pai, os irmãos mais velhos eram para trabalhar e ajudar no sustento do lar.

Essa narrativa evidencia o sujeito imerso no mundo do trabalho desde muito cedo. Para muitos do campo, os estudos são considerados um impedimento para o desenvolvimento do trabalho. Dessa forma, as crianças são imersas nesse mundo, restando pouco espaço para os estudos.

[...] mesmo para as famílias que enviam seus filhos para a escola rural, o ensino feito através desta escola não os prepara para permanecerem na terra. Toda a política para a educação rural tem se restringido a oferecer um arremedo da escola urbana, que nem habilita os filhos dos agricultores para dar continuidade às lides dos pais, nem os qualifica para os empregos urbanos. (RIBEIRO, 1985, p. 3)

Quando questionados sobre se depois de adultos eles retornaram para estudar na EJA. Conceição contou que tentou por duas vezes retomar os estudos, “estudei no Eja à noite, mas com a turma cheia a professora não conseguia dar atenção aos que não sabiam ler.”. José informou que estudou no “Sem-Terra”, mas que hoje em dia não tem vontade de estudar.

Um relato em comum dos entrevistados é que eles dizem que não conseguem aprender mais. Tais narrativas mostram que os sujeitos se sentem desmotivados quanto à educação e em suas concepções, por conta da idade eles não conseguem mais aprender a ler e escrever, mesmo compreendendo a importância dos estudos.

Em determinado momento perguntamos sobre a importância de saber ler e escrever, José nos relatou que ser alfabetizado serve “pra andar no mundo, arrumar um emprego

bom, pra caminhar. Saber como andar no mundo, porque sabe o lugar que entra e tem que sair”, se referindo a autonomia que o sujeito tem por conseguir ler. Sobre essa questão Conceição nos relata “sei bem o quanto saber ler e escrever é importante. Incentivo muito meus filhos a estudarem. Infelizmente eu não dei importância na época que era jovem e hoje em dia me arrependo”.

Quando questionados se a falta da leitura e escrita os atrapalha em algo, os entrevistados relatam que dificulta muito seu dia-a-dia. Conceição contou que isso gera problemas até em fazer a lista de compras, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate ao analfabetismo é uma longa caminhada que necessita de um trabalho conjunto entre a sociedade e as três esferas do governo, porém, o professor é uma peça essencial, pois é ele quem vai fazer a tarefa mais difícil e ao mesmo tempo prazerosa. O professor não precisa apenas obter entendimentos específicos das áreas de conhecimento (português, matemática, história), mas também conhecer quem é o seu aluno e a comunidade em que vive.

De acordo com os relatos dos professores, pode-se observar que, apesar do desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos ao longo dos tempos, ainda há a necessidade de investimento/apoio por parte do Estado, governo, prefeitura e secretaria de educação para que as escolas e projetos da EJA tenham estruturas físicas, recursos didáticos/tecnológicos e equipe qualificada para o alcance dos objetivos.

A situação de calamidade social que estamos vivendo reforçou esta carência. No que diz respeito ao ensino remoto as dificuldades dos professores vai além disso, uma vez que, os mesmos sentem-se angustiados e sobrecarregados com esse modelo de ensino emergencial ao perceberem a exclusão de alguns alunos que não possuem acesso a internet e/ou aparelho smartphone. Com a suspensão das aulas presenciais a preocupação com o agravamento da evasão escolar e da ineficácia do ensino na educação da EJA é muito maior do que com as outras modalidades de ensino.

Apesar dos entraves, os docentes dedicam-se e tentam encontrar metodologias e ferramentas que mantenham os alunos atraídos pela aula e estimulados a estudar, pois são conhecedores da importância que a educação tem na vida dessas pessoas.

Quanto à análise das entrevistas com os adultos não alfabetizados, diversos motivos fizeram com que esses indivíduos parassem de frequentar a escola. Destacamos

como primeiro fator a carência educacional dos alunos do campo. Outro fator foi a desmotivação por parte da família, que não incentivava os estudos ou que impedia a permanência na educação, impedimento esse exercido pelos pais. Um ponto que merece destaque é que no entendimento dos entrevistados, por estarem idosos, já não tinham mais capacidade de estudar e aprender.

Além dos fatores citados acima, por trás dessas narrativas está a ausência do Estado quanto à Educação de Jovens e Adultos. Essa modalidade de ensino se faz tão importante quanto as demais, e possui uma particularidade interessante, a de oportunizar a aprendizagem do aluno adulto que por vezes se sente incapaz de aprender e que por diversos motivos, teve que se ausentar da escola.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. PNAD contínua. Estatísticas sociais, julho de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio> . Acesso em 29 de jul. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020**: Divulgação de resultados [recurso eletrônico] – Brasília : Inep, 2021. 70 p. : il. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

FREIRE, Paulo . **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148p.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Adultos como Direito Humano** - São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009. (Instituto Paulo Freire. Série Cadernos de Formação;4)

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago, n. 14, 2000

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios** : educação 2018 / IBGE. informativo. IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf Acesso em: 29 de ago. 2021.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro, 2016. 108p.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 29 de ago. 2021.

NETO, João. **Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015.** PNAD contínua. Estatísticas sociais, maio de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acesso em: 29 de ago. 2021

RIBEIRO, C. de J. **História de uma escola para o povo: projeto João-de-Barro-Maranhão.** São Luís: UFMA, 1985

UNESCO. **Segundo relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos.** -- Brasília, 2014. 165 p., il. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230725/PDF/230725por.pdf.multi>. Acesso em: 03 de set. 2021.